

O "ciclo do ouro" – ocorrido no Brasil no século XVIII – acarretou o aumento do número de escravos provenientes do continente africano no país, trazidos com graves diferenças culturais entre si, sem que fossem levados em consideração os aspectos regionais e sociais de suas origens, ocasionando uma homogeneização forçada de indivíduos. Atualmente, de forma análoga à História Colonial Brasileira, ainda há uma forte tendência à padronização cultural da África, desprezando sua pluralidade e seu legado. Assim, dois grandes desafios para a valorização da herança africana no Brasil devem ser debelados: as políticas públicas ineficazes e as falhas educacionais.

Diante do cenário exposto, as políticas públicas ineficazes possibilitam a desvalorização do legado africano no país, uma vez que elas impedem o estabelecimento concreto de uma revisão histórica pautada em mais oportunidades, proteção e visibilidade para pessoas pretas. Consoante o sociólogo Émile Durkheim, uma sociedade sem regras claras, sem valores e sem limites encontra-se em estado de anomia social. Nesse sentido sociológico, esse estado anômico pode ser observado na hodierna realidade brasileira, na medida em que as políticas públicas ineficientes permitem o desprezo e o desrespeito com as religiões de matriz africana, a desassistência em áreas quilombolas e a ausência de representatividade em propagandas, por exemplo. Com base nisso, uma mudança urgente e pragmática deve ser realizada, visando à transformação dessa conjuntura, de modo a não só valorizar a herança africana no país, como também a protegê-la.

Ademais, as falhas educacionais também constituem-se como importantes fatores que aprofundam o descaso com o legado africano no Brasil.

Segundo o filósofo Immanuel Kant, "o homem é aquilo que a educação faz

*dele". Sob esse prisma filosófico, essas falhas educacionais solidificam mentalidades alienadas na população, potencializando preconceitos e ratificando equívocos concernentes à cultura africana no país. Nesse viés, a própria formação do cidadão brasileiro - no que tange à África e sua herança - é maculada por noções desprovidas de veracidade e etnocêntricas, corroborando a desvalorização da pluralidade e das "raízes africanas", presentes em campos variados, como a gastronomia, a dança e a religião, representados respectivamente, pelo acarajé, pelo tambor de crioula e pelo candomblé. Então, torna-se imperiosa a correção imediata dessas falhas, no sentido de debelar erros e ampliar visões africanas positivas.*

*Infere-se, portanto, que as políticas públicas ineficazes e as falhas educacionais configuram-se como os dois desafios para a valorização da herança africana no Brasil. Nessa ótica, o Governo Federal - órgão máximo responsável pela ordem social - deve ampliar as políticas públicas existentes, tornando-as mais eficazes, por intermédio de uma aliança com o Governo Estadual e o Governo Municipal, com a finalidade de aumentar a proteção, as oportunidades e a representatividade das pessoas pretas. O Governo Federal também deve corrigir as falhas educacionais, por meio da Mídia — grande divulgadora de informações — e da Escola, a fim de mitigar equívocos, ocasionando a valorização do legado africano. Logo, o país possuíra uma estrutura melhor para "dialogar" com a herança da África, longe da padronização impositiva ocorrida durante o "ciclo do ouro" no século XVIII.*